



AValiação DA POLÍTICA DE COTAS: O DISCURSO DO SUJEITO COLETIVO DESVELANDO O DIREITO A IGUALDADE E A DIFERENÇA

SOUZA, Andreliza Cristina de¹ - UEPG

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira² - UEPG

Grupo de Trabalho - Políticas Públicas, Avaliação e Gestão da Educação
Agência Financiadora: não contou com financiamento

Resumo

O presente trabalho origina-se de uma pesquisa de mestrado que buscou desvelar a efetividade da política de cotas de uma Instituição de Ensino Superior paranaense, referente ao período de 2007 a 2010, quanto à promoção da igualdade para estudantes cotistas negros oriundos de escolas públicas e estudantes oriundos de escolas privadas. Em consonância com a pesquisa original, este escrito procura desvelar a contribuição da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo em pesquisas de avaliação de políticas públicas, metodologia esta proposta por Lefèvre e Lefèvre (2005a, 2005b, 2010) e Lefèvre, Lefèvre e Teixeira (2000) que possibilitou a construção dos discursos – síntese, resultado dos depoimentos dos sujeitos participantes da pesquisa. Para tanto, foram trazidos da pesquisa original os discursos que avaliam a efetividade da política de cotas, tendo como pontos principais: a) revelar o posicionamento dos estudantes cotistas quanto à política de cotas (favoráveis e contrários); e, b) qual a relevância da política de cotas para o ingresso no ensino superior para estes estudantes. O referencial teórico para subsidiar as discussões sobre avaliação contaram as contribuições de Afonso (2009), Dias Sobrinho (2003) e Fernandes (2010). A pesquisa foi qualitativa, do tipo estudo de caso e a abordagem crítica foi adotada como opção metodológica para realização da pesquisa. Os instrumentos escolhidos para a coleta dos dados empíricos foram a entrevista e o questionário. Considera-se que a utilização da metodologia do Discurso do sujeito Coletivo para pesquisas de avaliação de política pública contribui para um maior entendimento do sujeito pesquisado e seus anseios, o que favorece a expansão das pesquisas relacionadas às políticas públicas afirmativas para a educação.

Palavras-chave: Discurso do Sujeito Coletivo. Avaliação. Política de Cotas.

¹ Mestre em Educação pela UEPG, Professora do Departamento de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Orientadora Pedagógica (Ed. Infantil e Ens. Fundamental I) na rede privada. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Avaliação – Fundação Araucária. E-mail: andrelizacsouza@gmail.com

² Doutora em Educação pela PUC – SP, Professora de Departamento de Matemática e Estatística e do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Educacionais e Avaliação – Fundação Araucária. E-mail: marybrandalise@uol.com.br.

Introdução

A pesquisa de que trata este trabalho foi realizada em um momento histórico marcado pelo conflito e pela polêmica que as políticas de ação afirmativa, e o sistema de cotas em especial, têm gerado na sociedade, e, mais especificamente, no acesso ao ensino superior. As muitas discussões travadas no campo político e educacional têm tomado corpo sob novas perspectivas diante do tema em questão.

Considerando a temática da pesquisa, este trabalho procura desvelar a contribuição da metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo³ em pesquisas de avaliação de políticas públicas. Nesse sentido, buscou-se avaliar a efetividade da política de cotas, tendo como pontos principais: a) revelar o posicionamento dos estudantes cotistas quanto à política de cotas (favoráveis e contrários); e, b) qual a relevância da política de cotas para o ingresso no ensino superior para estes estudantes.

A utilização da metodologia DSC para pesquisas de avaliação de política pública contribui para um maior entendimento do sujeito pesquisado e seus anseios, o que favorece a expansão das pesquisas relacionadas às políticas públicas afirmativas para a educação. Este é um campo que, embora venha sendo amplamente discutido, ainda necessita de que sejam realizados estudos que venham a comprovar seu caráter inclusivo, em se tratando de tema tão polêmico.

Avaliação de políticas públicas: a relevância do processo

Ao longo dos últimos anos o acesso à educação superior no Brasil vem sendo marcado pela grande concorrência nos concursos vestibulares, uma vez que os candidatos mais bem preparados conquistam as melhores oportunidades de ingresso em instituições públicas. A esse fato podem-se atribuir duas razões. A primeira é que os alunos que possuem maiores recursos financeiros para se preparar para os exames vestibulares acabam por dominar os cursos mais concorridos das universidades públicas. A segunda pode ser atribuída ao fato de que os alunos mais pobres, e que precisam trabalhar, muitas vezes sequer tentam uma vaga no ensino superior, perpetuando a tradição de que a universidade é somente para os ricos⁴.

³ Doravante designado DSC.

⁴ Confirmando a Teoria da Violência Simbólica proposta por Bourdieu (2008).

Esse olhar mais acurado deve ser dispensado para a política de cotas e também pela necessidade de acompanhar a prática das políticas adotadas nas instituições de ensino superior, pois os resultados obtidos por meio dessas ações podem evidenciar necessidade de ajustes mais imediatos da política.

O Brasil vem adotando políticas afirmativas a fim de favorecer o acesso ao ensino superior de estudantes pertencentes a uma parcela da população menos favorecida socialmente. Estas políticas requerem avaliação e acompanhamento contínuo, tanto das políticas quanto dos estudantes que por meio delas ingressaram.

Zoninsein (2006) atenta para a importância de existirem programas de avaliação e acompanhamento das políticas de cotas para propiciar a permanência com qualidade dos estudantes cotistas no ensino superior. Cabe, portanto, às instituições implantarem processos avaliativos e de acompanhamento da política no meio universitário, a fim de garantir sua efetividade.

Importante se faz compreender o campo avaliativo, para que avaliações menos ingênuas deem subsídios à continuidade/adaptação/encerramento de políticas públicas educacionais.

As pesquisas e estudos contemporâneos em avaliação vêm possibilitando a construção de novos saberes e a consolidação de um campo fundamental para o desenvolvimento da educação. Para compreender um processo avaliativo, no entanto, é primordial entender seus fundamentos enquanto ciência (aspectos filosóficos) e enquanto campo de produção de conhecimento (aspectos epistemológicos).

Segundo Brandalise (2010) avaliar é conhecer um objeto, uma realidade ou um sujeito. Para se realizar uma avaliação é necessário investigar, diagnosticar o objeto ou o sujeito avaliado, observar suas características principais, e reconhecer os sentidos e significados oriundos dos processos avaliativos.

Quando realizada de forma consciente a avaliação traz benefícios, tais como a compreensão sobre o objeto avaliado, aspectos que possibilitam o autorreconhecimento como superior aos demais objetos de sua natureza. A avaliação possibilita ainda o reconhecimento das fragilidades existentes, permitindo uma retomada dos objetivos iniciais e novas definições no processo de gestão, pois “avaliar pode ser a ação que dará impulso às mudanças” (LEITE, 2005, p. 29).

Dias Sobrinho (2003, p. 27) mostra que a avaliação se assume como uma política, possuidora de sentido ético, com interesse público e que “[...] se desenvolve no interior das dinâmicas contraditórias da vida social. A ética, sendo a fundadora do sujeito, assegura também a subjetividade do outro; reconhece a alteridade; realiza-se, portanto, num meio social e intersubjetivo”.

Fernandes (2010) alerta que a avaliação não é um ato neutro, uma vez que sendo prática social carrega consigo questões éticas, políticas e sociais. Belloni, Magalhães e Sousa (2001, p. 26) corroboram nessa perspectiva, dizendo que “avaliar significa compreender *todas as dimensões e implicações* do objeto ou política avaliada”.

Dias Sobrinho (2003) destaca que uma vez que ela produz efeitos, não é inocente e não promove resultados absolutos e inquestionáveis, que não se pode escolher qualquer avaliação afirmando ser indiferente fazê-la ou não. “Se a avaliação fosse isenta de valores, fosse mero instrumento técnico, não produziria contradições e, portanto, não se transformaria em campo de disputas acirradas – o que, aliás, ocorre com qualquer ação ou fato social” (p. 92).

Desafios teórico-metodológicos da avaliação de políticas educacionais evidenciam as permanentes transformações neste campo, que também sofre influências de acontecimentos nos níveis global, nacional e local⁵, da redefinição dos quadros identitários (culturais, étnicos etc.) existente nos contextos políticos e sociais (ESTEBAN; AFONSO, 2010). Considerando a relação direta da avaliação com os processos sociais e de mudança social, Afonso (2009) sugere que, essa relação, pode ser objeto de estudo da sociologia da avaliação, inserida na sociologia da educação.

Lüdke (1994) explica que até recentemente a avaliação não havia recebido um tratamento dentro de uma perspectiva sociológica, o que, segundo a autora, pode permitir a produção de um conhecimento mais adequado sobre os mecanismos delicados que a avaliação envolve. A autora afirma que, finalmente, nos últimos anos, os sociólogos começaram a perceber a necessidade em conhecer melhor o fenômeno da avaliação, o que permite conhecer os processos educativos e suas possibilidades.

Fernandes (2010) explica que a avaliação enquanto prática social “[...] pode contribuir para caracterizar, compreender, divulgar e ajudar a resolver uma grande variedade de problemas que afetam as sociedades contemporâneas tais como o pleno acesso à educação

⁵ Munhoz (2006) discute a importância em se considerar o universal, o particular e o singular nas pesquisas científicas e a necessidade do diálogo entre tais categorias.

[...]”. O autor defende que a prática social da avaliação não pode desconsiderar as questões sociais (políticas e éticas) e isto significa que a avaliação deve ser orientada pelo rigor, pela sua utilidade e pelo significado e relevância social.

Estes são aspectos que norteiam a avaliação aqui mencionada, pois o ato avaliativo não sendo neutro, busca dar sentido e significado às ações empreendidas através das políticas públicas. Nesse sentido, destaca-se que estas ações devem estar subsidiadas teoricamente e praticadas conscientemente de maneira crítica e emancipada.

Aspectos metodológicos: o DSC em questão

Num processo de investigação científica, o pesquisador tem sempre uma intencionalidade que é a de produzir conhecimentos que permitam compreender e contribuir para transformar a realidade (PÁDUA, 2000). Assim, a presente investigação pode ser entendida como um modo de pensar as relações sociais e suas contradições.

Nesse sentido, nesta pesquisa buscou-se dar voz aos sujeitos envolvidos. Isso permitiu o desvelamento do real, bem como conhecer a relação que as contradições existentes exercem nas relações sociais.

Nesta pesquisa, se buscou-se compreender o pensamento ou a opinião uma coletividade de indivíduos. Para tanto, percebeu-se que isso só seria possível através do discurso, que aqui se entende como a manifestação linguística acerca de um determinado tema. Se o pensamento de um indivíduo considerado isoladamente é um discurso, então o pensamento da coletividade desses indivíduos também deveria ser considerado um discurso (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005a). Dessa forma, a presente investigação utilizou para análise dos dados a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo – DSC, proposta por Fernando Lefèvre e Ana Maria Cavalcanti Lefèvre.

O DSC consiste na análise do material verbal coletado na pesquisa, extraindo-se dos depoimentos pessoais as ideias-centrais e suas correspondentes expressões-chave, para posterior composição de um ou vários discursos-síntese. Através dessa metodologia, os vários discursos individuais obtidos são organizados na forma de um único pensamento sistematizado, que é emitido pela primeira pessoa coletiva do singular. Trata-se de um *eu* que é utilizado somente para a construção do texto, que ao mesmo tempo em que sinaliza a presença de um sujeito individual, representa uma coletividade (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005a).

Para composição dos discursos as falas integrais dos sujeitos pesquisados são submetidos individualmente a uma análise inicial, ou seja, são decompostos e posteriormente são todos reunidos, onde o pesquisador deve reconstituir sua forma discursiva (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000).

Esta proposta metodológica se caracteriza em uma “[...] estratégia metodológica com vistas a tornar mais clara uma dada representação social e o conjunto das representações que conforma um dado imaginário” (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000, p. 19). Ao analisar os dados empregando os recursos desta metodologia a coletividade dos indivíduos é considerada.

Acredita-se que com a utilização do DSC o processo de análise dos dados possibilitou a realização de novas reflexões acerca do objeto pesquisado, proporcionando o diálogo entre o dito e o vivido, o descrito e a realidade efetiva.

A avaliação da política de cotas e o DSC: uma proposta metodológica

Numa avaliação de política pública é necessário contemplar todos os âmbitos que permeiam a efetivação desta política e ir além dos documentos oficiais que amparam e registram a sua implantação. É necessário contemplar os sujeitos que, de uma forma ou de outra, fazem parte da efetivação desta política, envolvendo-os, pois como diretamente beneficiados ou interessados nos resultados, estes tem como emitir seu julgamento de acordo com a realidade vivida (PÁDUA, 2000).

Com o intuito de realizar uma avaliação baseada na vivência dos sujeitos com a política de cotas optou-se por envolver, primeiramente, os estudantes ingressantes pelo sistema de cotas na instituição, com objetivo de coletar informações sobre a política, sua abrangência e efetividade com a aplicação de questionários.

Um total de 596 estudantes participou da pesquisa, sendo 166 (cento e sessenta e seis) estudantes cotistas e 430 (quatrocentos e trinta) não cotistas. Somente os questionários dos estudantes cotistas foram analisados, visto que estes estão diretamente envolvidos na política.

No processo de análise dos dados, inicialmente as respostas das questões foram analisadas isoladamente, a partir do depoimento integral dos acadêmicos; o segundo passo constituiu-se de identificar e sublinhar em cada uma das respostas das questões as expressões-chave (ECH) que originaram as Ideias-Centrais (IC).

Identificadas as IC's, estas foram agrupadas e codificadas para cada questão, da seguinte forma:

- a) IC3: onde “**IC**” representa a Ideia-Central oriunda da questão proposta; “**3**” representa o número da questão.
- b) IC3_A: onde “**IC**” representa a Ideia-Central da questão; “**3**” representa o número da questão analisada; e “**A**” representa a subcategoria contida na Ideia-Central.

Posicionamento dos estudantes cotistas quanto à política de cotas para o ensino superior⁶

Para identificar o posicionamento dos estudantes cotistas com relação à política de cotas, a seguinte questão foi proposta: “*Você é favorável à política de cotas para o ingresso no ensino superior?*”. O estudante participante da pesquisa poderia assinalar uma das alternativas *sim* ou *não* e ainda comentar sua posição.

Dos cento e sessenta e seis estudantes participantes da pesquisa, foi possível perceber que 85% dos estudantes cotistas são favoráveis à política de cotas para ingresso no ensino superior, 12% são contra e 3% dos estudantes não assinalaram nenhuma das alternativas.

Os comentários foram agrupados conforme a opção assinalada e, a partir dessa estruturação, a análise das respostas foi feita conforme a metodologia do DSC. Analisando os depoimentos dos estudantes relativos a esta questão, foi possível identificar 197 Expressões chave⁷. Na Tabela 1 está apresentada a distribuição das ECH's nas alternativas e também a descrição das subcategorias que emergiram.

⁶ Este trabalho traz a análise de duas questões contidas no questionário. A pesquisa original pode ser encontrada em Souza (2012).

⁷ Os autores afirmam de maneira geral, que os DSC são construídos com a essência da terceira figura de linguagem, as expressões-chave (ECH). Estas são “[...] constituídas por transcrições literais de parte dos depoimentos” (LEFÈVRE; LEFÈVRE; TEIXEIRA, 2000, p. 18) e permitem que o pesquisador, durante o processo de construção do DSC, resgate a essência do conteúdo discursivo que, em geral, representa as respostas às questões de pesquisa.

Tabela 1 - Ocorrências das ECH's na IC3.

Subcategorias/Alternativas	Sim	Não	Não optaram	Total	(%)
Contra a política de cotas.	0	8	0	8	4,1%
Contra a política de cotas para estudantes negros.	27	3	2	32	16,2%
Contra a política de cotas pois ela não resolve os problemas na educação e gera discriminação.	0	10	1	11	5,6%
Favorável à política de cotas.	101	0	0	101	51,3%
Favorável à política de cotas para escola pública, devido à qualidade do ensino.	25	1	1	27	13,7%
NC.Não Comentaram	7	1	0	8	4,1%
LD.Lixo Discursivo	7	1	2	10	5,1%
Total	167	24	6	197	100,0%
%	84,8%	12,2%	3,0%	100,0%	

Fonte: Organizada pelas autoras, com base nos questionários de pesquisa.

Importante observar que 8 estudantes que responderam o questionário não teceram comentários sobre sua adaptação no curso de graduação e que 10 comentários, após analisados, foram considerados *lixo discursivo*, que representa os depoimentos que não estão em consonância com a questão, pois são particularismos ou expressões que não se repetem e/ou não compõem uma subcategoria (LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2005b; LEFÈVRE; LEFÈVRE, 2010). Na Figura 1 é possível observar a distribuição das ECH's nas subcategorias da IC2.

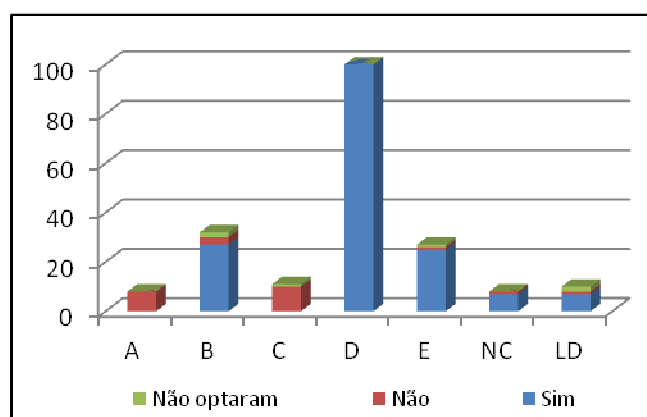


Figura 1 - Ocorrências das ECH's contidas na IC3.

Fonte: Organizada pelas autoras, com base nos questionários de pesquisa.

Importante observar que na Figura 1 a subcategoria IC3_D tem maior ocorrência, representando 51,3% das ECH's, o que mostra que mais da metade dos estudantes cotistas são favoráveis à política de cotas. Na categoria IC3_B, 16,2% das ECH's revelam que os

acadêmicos são contrários à política de cotas para estudantes negros. Já os estudantes favoráveis à política de cotas devido à diferença entre a qualidade do ensino público e privado, categoria IC3_E, apresentou um percentual de 13,7%.

As ECH's da subcategoria IC3_D dividiram-se em 3 grupos de ECH's. Isto devido ao fato de os estudantes se posicionarem a favor da política de cotas, as apresentarem diferentes motivos e justificativas. Estes 3 novos grupos estão descritos na Tabela 2.

Tabela 2 - Ocorrência de ECH's na subcategoria D referentes à IC3.

Subcategorias	Sim	Total de IC	(%)
d1- Ampliação do acesso ao ensino superior	15	15	14,9%
d2- Devido à diferença da qualidade do ensino público e privado	46	46	45,5%
d3- Promoção da igualdade de oportunidades (igualdade material).	40	40	39,6%
Total	101	101	100,0%
%	100,0%	100,0%	

Fonte: Organizada pelas autoras, com base nos questionários de pesquisa.

Segundo a Tabela 2, 45,5% dos estudantes cotistas que os estudantes cotistas são favoráveis à política de cotas devido às diferenças entre o ensino público e o privado, mas é importante observar que 39,6% dos estudantes cotistas afirmam que a política de cotas promove a igualdade material entre os cidadãos e que 14,9% dos estudantes são favoráveis à política de cotas devido à ampliação do acesso.

Abaixo seguem alguns dos DSC's obtidos na pesquisa relativos à IC3⁸. Para cada subcategoria foram construídos os discursos considerando também em quais alternativas o respondente assinalou (*sim* ou *não*) e dos estudantes que não optaram.

⁸ Todos os discursos obtidos na pesquisa podem ser encontrados na pesquisa original.

Discurso referente aos estudantes contra a política de cotas;

***Não:** Mesmo tendo entrado por cotas, sou contra. Acredito que isso não se faz necessário. Eu preferia que fosse unificado. Todos devem se esforçar igualmente e a chance a ser dada para todos deve ser igual, pois cada indivíduo é capaz de ingressar no ensino superior. Por hoje em dia se falar tanto em igualdade para todos, em todos os sentidos, deveria não haver cotas e sim todos concorrerem na mesma condição. Indiretamente é uma forma de preconceito. Sei que entrei por cota pública, mas isso para mim não influenciou nada, pois minha nota dava para ter ingressado por cota universal também. No meu caso, que fiz vestibular para alunos de escola pública e obtive nota maior do que muitos que fizeram pela universal e ingressaram no curso logo de primeira chamada, eu tive que aguardar em lista de espera até a quarta chamada. Não é a cor, religião, classe social que faz com que uma pessoa tenha ou não mais chances de ingressar em uma universidade e sim a qualidade do ensino desde a pré-escola até o ensino médio. Seria muito melhor investir na qualidade de ensino do que conceder cotas aos estudantes, o próprio Ministério da Educação está relatando a má qualidade no ensino público.*

Deve-se considerar que estes estudantes, que agora se mostram contrários à política, tiveram nota igual ou maior que os candidatos que prestaram vestibular para a cota universal. Contudo, seria necessário saber se estes estudantes eram, antes do vestibular, favoráveis à política e pelo fato de não terem sido favorecidos, em alguns casos até prejudicados, fez com que sua opinião mudasse.

IC3_B - Discurso referente a estudantes contra as cotas para estudantes negros;

***Sim:** Cotas para negros sou contra. Não vejo nenhum bom argumento para elas existirem. São mais uma forma de segregação do que inclusão, acho um tipo de preconceito, na minha opinião é uma forma de racismo. Acho a iniciativa interessante para incluir por determinado tempo, mas já está na hora de incluir de forma diferente, educando os filhos desde pequenos contra o racismo, pois essa cota já pode ser considerada uma exclusão sendo que divide 'raças' (pois os negros são iguais aos brancos). Está considerando que os negros não têm capacidade de competir com as demais 'raças' e isso não é verdade. Torna-se uma discriminação, potencializando o preconceito e o racismo. Eles não tem uma escola separada só para eles, se for de escola pública tem educação igual a de oriundos de escola pública de qualquer raça. Acredito que a divisão deveria ser entre universal e escolas públicas.*

Este discurso confirma a opinião de autores e envolvidos nas discussões sobre cotas raciais, que são favoráveis às cotas sociais, mas contrários às cotas raciais. Mesmo dentre a comunidade negra, percebe-se uma diversidade de opiniões e a vasta discussão que vem sendo travada ao longo dos anos.

IC3_C - Discurso aos estudantes contra a política de cotas, pois ela não resolve os problemas na educação e gera discriminação;

Não: *Acredito que a política de cotas não seja a solução para os problemas enfrentados na educação, tampouco que seja uma forma de amenizar preconceitos e diferenças de classes. Acho que ao invés de cotas o Governo deveria melhorar o ensino público e tratar todos os estudantes igualmente. Sou favorável a um maior investimento na base da educação, para que as pessoas tenham iguais condições de competir. Essa metodologia de cotas acaba estimulando o preconceito de várias formas e aumenta ainda mais a discriminação dando a entender que realmente são inferiores o que não é! Ninguém é diferente de ninguém. Considero que qualquer estudante com esforço é capaz de ingressar no ensino superior. Sabe-se que o vestibular não é melhor maneira de avaliar a capacidade do estudante de entrar em uma universidade, e o sistema de cotas vem apenas fomentar a desigualdade entre os cotistas e não cotistas. Por trás dessa 'boa intenção' subentende-se que os negros são inferiores ou algo do gênero. Acho que as cotas para negros é uma maneira de discriminação, considero racismo, só porque é negro não quer dizer que seja menos inteligente. Política de cotas é discriminação indireta, é o atestado de incompetência do Estado. Acredito na igualdade, todos lutam pela igualdade, mas colocam cotas para entrar no ensino superior. Totalmente contraditório.*

Este discurso confirma a subcategoria IC3_A e IC3_B, no entanto, adiciona à discussão a questão de que as cotas não resolvem os problemas da educação nacional. Percebe-se que estes sujeitos defendem uma educação igualitária desde os primeiros anos da educação básica, pois as cotas atingem apenas uma minoria que busca o acesso ao ensino superior, não modificando as condições de vida de uma grande parcela da sociedade que não busca este nível de ensino.

IC3_D/d1 - Discurso referente a estudantes favoráveis à política de cotas, devido à ampliação do acesso ao ensino superior;

Sim: *Não poderia ser contra visto que ingressei nessas condições. Se não existisse a política de cotas eu não estaria aqui. Acredito que este é um dos meios que possibilita a todos ingressar na universidade, pois de alguma forma elas 'ajudam'. Ela possibilita a inclusão mais rápida de alunos oriundos de escola pública, é uma ótima forma para ingresso. Foi através desse processo que muitos alunos de escola pública e negros conseguiram ingressar numa faculdade, adentrar em uma universidade do Estado. É uma forma alternativa para entrar na universidade, que às vezes é mais fácil (menos disputada), auxilia os alunos num curso onde há muita concorrência. Eu acho que a concorrência se torna menor. Porque muitas instituições (colégio particulares) visam somente a aprovação no vestibular. Entretanto outras instituições (colégios públicos) não tem essa visão, mas apresentam boa formação. Em meu curso as pessoas que entraram pelo sistema de cotas, todos conseguiram acompanhar muito bem a evolução das matérias. Eu entrei na universidade por esse meio e me adaptei perfeitamente bem. Isso é sinal que somos competentes e merecemos uma ajuda diferente. Com a cota o ingresso é facilitado.*

Este discurso demonstra a importância das cotas, considerando que a ampliação do acesso ao ensino superior é uma necessidade eminente da sociedade atual. Estes estudantes são favoráveis às cotas por reconhecerem a importância do ensino superior para melhoria das condições de vida da população.

IC3_D/d2 – Discurso referente a estudantes favoráveis à política de cotas, devido à diferença da qualidade do ensino público e privado;

Sim: Essa política é importante, sou a favor das cotas sim, pois há um abismo muito grande entre o ensino público e o privado, pelas diferentes oportunidades que os alunos de escola pública e particular têm. Como sabemos depende de cada aluno se esforçar e se dedicar aos estudos para passar no vestibular, mas também sabemos que existem muitas diferenças no ensino. De uma maneira geral alunos de escola pública não recebem condições tão excelentes de educação, não tem seu ensino 'focado' para o vestibular. Acho que as escolas públicas são bem menos privilegiadas quanto ao ensino e professores do que as escolas particulares, que preparam bem mais seus alunos. Já nas públicas esse assunto passa muitas vezes batido. Portanto alunos oriundos de escolas públicas tem uma dificuldade muito maior de ingressar na universidade do que os do ensino privado. As cotas tentam minimizar essa defasagem, é uma forma de nivelar os conhecimentos, de tentar corrigir essa má qualidade no ensino público. Perde-se um pouco a crença de que sempre a elite tem as melhores oportunidades.

Este discurso demonstra a percepção dos estudantes cotistas quanto à baixa qualidade de ensino oferecido na rede pública de ensino. Estes estudantes são favoráveis às cotas por considerar que o ensino público tem uma deficiência de conteúdos, falta de professores e infraestrutura prejudicada, decorrentes dos escassos investimentos destinados à educação no Brasil.

IC3_D/d3 – Discurso referente a estudantes favoráveis à política de cotas, devido à promoção da igualdade de oportunidades (igualdade material);

Sim: É necessária como forma de igualar (ou aproximar) os diferentes níveis sociais (condições de vida) devido às desigualdades de ensino que existem em nossa sociedade. Apesar de que quando entramos em um curso superior não importa a forma, a partir desse momento somos todos iguais. Enquanto tivermos diversidade na qualidade de ensino que dá acesso às universidades as cotas serão importantes para dar oportunidade a quem não teve uma boa base. Eu mesma consegui minha vaga pela política de cotas. É importante ter uma porcentagem destinada a estudantes de escola pública e estudantes negros de escola pública. Quanto às cotas raciais acredito serem necessárias, pois a exclusão das minorias faz parte de um processo histórico que deve ser combatida e as cotas exercem esta função, promove a inclusão. O discurso midiático e político de igualdade social, mesmo no século XXI ainda peca muito quando se trata de sua aplicabilidade. Creio que as cotas tem contribuído para uma deselitização da universidade, que ainda existe. Há, portanto, uma necessidade de implantar sistemas que possibilitem uma igualdade de chance de ingresso para alunos de ambos os setores. Deve existir uma reparação das injustiças sociais e raciais.

Isso mostra que as cotas para negros são necessárias, por representar uma possibilidade, muitas vezes única, para que os estudantes negros tenham chance para elevar o status social e galgar posições de maior reconhecimento na sociedade.

IC3_E – Discurso referente aos estudantes favoráveis à política de cotas para escola pública, devido à qualidade do ensino;

Sim: *Para estudantes de escola pública eu concordo, são pertinentes, devido à grande diferença entre o ensino em escolas públicas e privadas. Acho que o nível das escolas particulares é mais alto que o das escolas públicas (não em todas). Mas apenas para as cotas para alunos oriundos de escola pública. Os mais carentes, mas, não menos inteligentes, devem ser favorecidos com o ensino superior gratuito. A qualidade de ensino de um aluno que estudou a vida toda em escola pública, se comparada com o aluno de escola particular, é muito inferior, muitas vezes não são preparados para o vestibular, o ensino privado é mais preparatório. O governo tenta equilibrar essa situação com a inclusão de cotas nas universidades. A cota ajuda a amenizar um pouco essa diferença, porém em alguns cursos a concorrência é maior na cota de escola pública. Contudo, acredito que juntamente com o fato de o aluno ter estudado em instituição pública, durante toda vida escolar, deveria ser feito um estudo sócio-econômico dos cotistas, antes de seu ingresso na universidade, pois existem excelentes escolas públicas em que pessoas de alta renda fazem cursinho para passar no processo seletivo.*

Esta subcategoria complementa a subcategoria IC3_D/d2. O discurso acima defende que a política de cotas é necessária em razão de a escola pública vir sofrendo há tantos anos com o descaso e com a baixa qualidade.

Ingresso no ensino superior: com ou sem a política de cotas?

Considerando fatores como as adaptações ocorridas durante o período de vigência da política de cotas da UEPG (como a inserção de uma nota de corte) e a elevação das notas nos concursos vestibulares, houve o interesse em saber se, na opinião dos estudantes que utilizaram a política de cotas para ingressar na UEPG, eles teriam ingressado no ensino superior sem a política de cotas. Portanto, a uma das questões contidas no questionário aplicado aos estudantes destinava-se exclusivamente para os ingressantes que utilizaram a política de cotas para ingressar na UEPG.

Sendo assim, a seguinte questão foi proposta: “*Você acredita que teria ingressado no Ensino Superior se não houvesse a possibilidade da política de cotas?*”. Esta questão não contava com alternativas e o estudante deveria somente comentar.

As respostas geraram um total de 169 ECH's. As respostas foram analisadas e os depoimentos agrupados segundo a IC9, “*Ingresso no ensino superior: com ou sem a política de cotas*”. Deste total foi possível perceber que 45% dos estudantes cotistas teriam sido aprovados no concurso vestibular em que prestaram, mesmo pela cota universal, em virtude da pontuação obtida; 21,3% dos estudantes acreditam que poderiam ser aprovados em outro concurso vestibular, sendo necessária maior dedicação aos estudos e, em alguns casos, a realização de um curso preparatório; 12,4% dos estudantes acreditam que teriam sido aprovados, em virtude de características pessoais como persistência, dedicação e boa

preparação; 4,1% dos estudantes afirmaram que já tinham sido aprovados em outras instituições ou no PSS da UEPG anteriormente; apenas 12,4% dos estudantes afirmaram que não teriam sido aprovados se não tivessem optado pela política de cotas.

Abaixo seguem as subcategorias identificadas nos depoimentos dos estudantes cotistas da IC9:

Na Tabela 3 está apresentada a distribuição das ECH's nas alternativas e também a descrição das subcategorias que emergiram.

Tabela 3 - Ocorrências das ECH's na IC9.

Subcategorias	Ocorrências	(%)
Sim, considerando a pontuação obtida no vestibular	76	45,0%
Sim, com mais estudo	36	21,3%
Sim, considerando características pessoais	21	12,4%
Já havia sido aprovado	7	4,1%
Não sem a política de cotas.	21	12,4%
NC. Não comentou	7	4,1%
LD. Lixo Discursivo	1	0,6%
Total	169	100,0%

Fonte: Organizada pelas autoras, com base nos questionários de pesquisa.

Nesta questão apenas 7 estudantes respondentes do questionário não comentaram a questão e apenas 1 ECH foi considerada lixo discursivo.

Na Figura 2 é possível observar a distribuição das ECH's nas subcategorias da IC9.

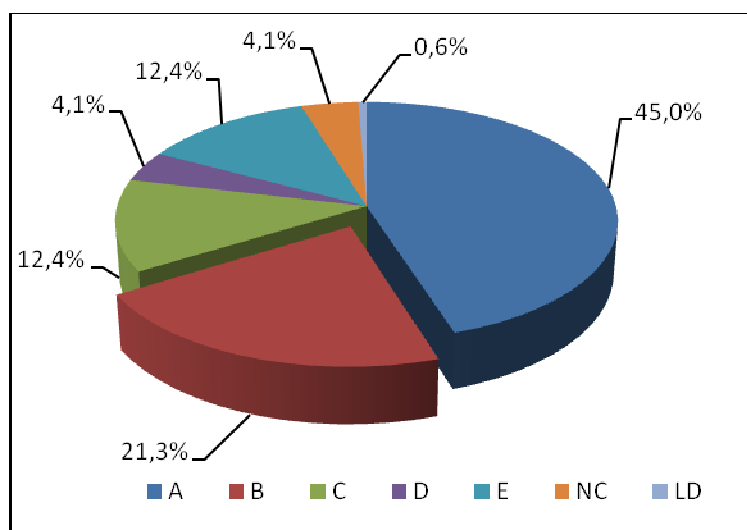


Figura 2 - Ocorrências (%) totais das ECH's contidas na IC9.

Fonte: Organizada pelas autoras, com base nos questionários de pesquisa.

A Figura 2 traz importantes revelações acerca da política de cotas da UEPG. O fato que mais merece atenção é o de que 45% dos estudantes teriam sido aprovados no concurso vestibular para o curso que prestaram, caso não tivessem optado pela política de cotas. Este fato pode ser atribuído à elevação da nota de corte, que embora seja calculada de acordo com o desempenho somente dos estudantes inscritos em cada cota, promove a elevação automática das notas obtidas pelos candidatos, que buscam uma melhor preparação pré-vestibular, com o intuito de não serem eliminados pelo exame.

Outro dado que merece atenção é que a subcategoria IC9_D representa 4,1% das ECH's desta questão, ou seja, estudantes que foram aprovados em outras IES ou que tinham sido aprovados no Processo Seletivo Seriado – PSS da UEPG. Para estes estudantes a política de cotas não representou uma oportunidade para o ingresso no ensino superior, pelo contrário, foi uma opção feita pelo estudante, mas que não representou possibilidade de mudança, uma vez que este estudante teve oportunidade, mesmo sem esta política afirmativa.

As ECH's contidas na categoria IC9_B demonstram que a política de cotas representou uma oportunidade importante, mas não única, para estes estudantes, pois para garantir o ingresso em um curso de graduação estes teriam que dedicar mais tempo aos estudos, e quem sabe recorrer a cursos preparatórios para tentar uma aprovação no vestibular, e com a possibilidade da política de cotas este ingresso aconteceu antes. Somente as ECH's da subcategoria IC9_E expressam que a política de cotas está atingindo seu objetivo, que é garantir a estudantes que não teriam condições de ingressar em um curso de graduação tenham esta oportunidade.

Embora os dados apresentados na IC9 pareçam, em um primeiro momento, insuficientes para legitimar a política de cotas, esta é uma questão que necessita de uma reflexão maior. Acredita-se que a política de cotas atinge a elite das classes, neste caso os estudantes com condições de preparação pré-vestibular e/ou dedicação maior aos estudos. Contudo, é importante que haja a elevação, mesmo das elites dos grupos, pois isso representa a elevação dos níveis sociais como um todo.

A política está permitindo a elevação do grau de ensino nas classes mais baixas. Isto permitirá que estudantes antes excluídos das universidades tenham condições de ingressar em um curso superior. Além disso, se a política de cotas possibilitou o acesso, mesmo que de uma parcela pequena, de estudantes oriundos de escola pública e estudantes negros oriundos de escola pública que sem a política não teriam ingressado, este já é um ponto a ser

comemorado. Pois mesmo que a política esteja beneficiando, efetivamente, uma pequena parcela da população, esta é uma parcela que não teria condições de estar frequentando um curso de graduação sem o benefício das cotas.

Seguem, então os DSC's relativos à IC9. Para cada subcategoria foram construídos os seguintes discursos:

IC9_A – Discurso de que sim, considerando a pontuação obtida;

Acredito que para o curso que eu fiz sim, pois consegui uma boa colocação no vestibular. A pontuação que obtive foi mais que suficiente. Sem as cotas seria um dos resultados medianos, mas também poderia ter passado com o método universal. A política de cotas apenas me ajudou a ficar mais fácil a entrada na universidade, esta foi uma opção que eu fiz. A prova da UEPG não é difícil, então eu passaria com facilidade, pois o ponto de corte é o mesmo. Acredito que as cotas melhoraram muito para os alunos menos favorecidos como a mim. Reconheço que sem as cotas diminuí e muito as chances de alunos de instituição pública (escola) ingressar no ensino superior. Existem muitos que só estão aqui devido a essa política, isto é real. A possibilidade de entrar com o sistema de cotas acaba ajudando muito, pois possibilita uma concorrência mais justa com relação a escolas particulares.

Isso demonstra que a política de cotas, para estes estudantes, facilitou o acesso, mas não representou uma oportunidade única para realização de um curso superior

IC9_B – Discurso de que sim, com mais estudo;

I: Não no primeiro vestibular prestado. Mesmo se não tivesse passado, teria estudado mais e passaria no próximo vestibular. Mas acredito que sem a cota se tornaria mais difícil, teria que estudar mais. Com certeza demoraria muito mais tempo, quem sabe fazer um cursinho preparatório, pois apenas o ensino que recebi não seria suficiente para concorrer com um número maior de participantes. Teria que haver um maior esforço. Precisaria de mais uns anos de cursinho preparatório para suprir a falta de conhecimento que o colégio público me proporcionou, e tendo em vista que nunca estudei em escola particular por questões financeiras, também não conseguiria pagar um cursinho. Precisaria mais tempo para dedicação aos estudos, talvez teria entrado, mas com mais tentativas.

Para os estudantes que fazem parte desta subcategoria a política de cotas representou uma possibilidade de acesso mais igualitária. Apesar dos estudantes afirmarem que com mais estudo poderiam ser aprovados no vestibular, é importante destacar que eles declararam que o ensino público não ofereceu condições para que pudessem concorrer com estudantes mais preparados. Estes discursos demonstram que a política de cotas, para estes sujeitos, atingiu seu objetivo de favorecer o ingresso no ensino superior.

IC9_C – Discurso de que sim, considerando características pessoais;

I: Acredito que sim pela minha capacidade, pois batalhei muito para alcançar este objetivo. Mas isso vai de pessoa para pessoa: a história de vida, a instituição onde estudou, além do empenho pessoal, se ele se dedicar e estudar com certeza vai poder fazer um curso superior. Eu me dediquei aos estudos, me preparei para isso. Apesar de ter estudado a vida toda em escola pública e ter vindo de família pobre sempre tive a perspectiva de fazer um curso superior, quando estava no terceiro ano do ensino médio fiz cursinho preparatório. Mas entendo quanto isso facilita outros estudantes.

Nos discursos afetos a esta subcategoria observa-se que há a tentativa de reprodução novamente, que o ideal meritocrático está presente em sua fala, pois os estudantes afirmam que com mais dedicação teriam sido aprovados, pois suas características pessoais favorecem isso.

IC9_D – Discurso de que não, pois já havia sido aprovado;

Acredito que sim, pois não prestei vestibular somente aqui, no mesmo ano eu passei em outras universidades públicas, onde até então não existiam política de cotas. No PSS eu tive nota suficiente para ingressar nesse curso, porém a inscrição do vestibular foi antes. Mas muitos só conseguiram entrar por cotas e acho que essa política deve continuar.

Esta subcategoria, assim como a IC9_A, demonstra que a política de cotas não representou uma oportunidade para estes estudantes, neste caso ainda mais acentuado, pois caso não houvesse a aprovação pela política de cotas estes estudantes teriam ingressado no ensino superior, devido à aprovação que já havia ocorrido anteriormente.

IC9_E – Discurso de que não sem a política de cotas;

Não, pois meu conhecimento de ensino fundamental e médio não era o suficiente para concorrer com aqueles que tiveram uma educação melhor. Tive que me esforçar para me adaptar ao ensino superior e só entrei porque tive oportunidade de competir com estudantes com o nível de conhecimento igual ao meu. As escolas públicas não têm o mesmo padrão de ensino das escolas particulares. Meu desempenho não iria ser suficiente para passar. As cotas me ajudaram bastante a conseguir uma vaga no ensino superior, possibilitou o acesso de maneira mais fácil e rápida. Quem sabe se fosse em curso menos concorrido e com pontuação mais baixa. Mas não teria ingressado no curso que estou atualmente. Fiz alguns vestibulares e não conseguí ingressar, talvez nem tivesse ingressado.

Esta subcategoria legitima a política de cotas da UEPG, por representar os estudantes que não teriam ingressado no ensino superior caso não houvesse a política de cotas.

Considerações

O presente trabalho permitiu observar as contribuições do Discurso do Sujeito Coletivo em pesquisas de avaliação de políticas públicas. É possível observar que os depoimentos dos estudantes cotistas têm muitas particularidades, e que os resultados de uma pesquisa podem ficar mais ricos quando as falas dos sujeitos não são descartadas, ao contrário, são aproveitadas em sua totalidade.

Essa é a principal característica da metodologia, pois mostra o posicionamento dos envolvidos em sua integralidade, não descartando nenhuma de suas falas, que são agrupadas com outras semelhantes para a construção de um único discurso, construído por muitos sujeitos.

Os discursos aqui citados oferecem elementos para desvelar a opinião dos estudantes envolvidos com a política. Os dados empíricos constituem parte fundamental desta pesquisa, pois na dialética do cotidiano os sujeitos envolvidos não podem ser excluídos de um processo avaliativo democrático. Espera-se com este trabalho contribuir para a compreensão sobre a utilização da metodologia do DSC e sua contribuição em pesquisas qualitativas.

REFERÊNCIAS

AFONSO, A. J. **Avaliação educacional**: regulação e emancipação. São Paulo: Cortez, 2009.

BELLONI, I.; MAGALHÃES, H.; SOUSA, L. C. **Metodologia de avaliação em políticas públicas**: uma experiência em educação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 2008.

BRANDALISE, M. A. T. **Autoavaliação de escolas**: alinhando sentidos, produzindo significados. Ponta Grossa: UEPG, 2010.

DIAS SOBRINHO, J. **Avaliação**: políticas educacionais e reformas da educação superior. São Paulo: Cortez, 2003.

ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. Avaliação: reconfigurações e sentidos na construção de um campo. In: ESTEBAN, M. T.; JANELA, A. J. **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010. p. 9-14.

FERNANDES, D. Acerca da articulação de perspectivas e da construção teórica em avaliação educacional. In: ESTEBAN, M. T.; AFONSO, A. J. **Olhares e interfaces**: reflexões críticas sobre a avaliação. São Paulo: Cortez, 2010. p. 15-44.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília, DF: Liber Livro, 2005a.

_____. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa (desdobramentos). Caxias do Sul: EDUCS, 2005b.

_____. **Pesquisa de representação social**: um enfoque quali quantitativo. Brasília, DF: Líber Livro, 2010.

LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; TEIXEIRA, J. J. V. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LEITE, D. **Reformas universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis: Vozes, 2005.

LÜDKE, M.; MEDIANO, Z. **Avaliação na escola de 1º grau**: uma análise sociológica. Campinas: Papirus, 1994.

MUNHOZ, D. E. N. Entre a universalidade da teoria e a singularidade dos fenômenos: enfrentando o desafio de conhecer a realidade. **Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 25-40, 2006.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. Campinas: Papirus, 2000.

SOUZA, A. C. **Avaliação da política de cotas da UEPG**: desvelando o direito à igualdade e à diferença. 2012. 248 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2012.

ZONINSEIN, J. Minorias étnicas e a economia política do desenvolvimento: um novo papel para universidades públicas como gerenciadoras da ação afirmativa no Brasil? In: FERES JUNIOR, J.; ZONINSEIN, J. **Ação afirmativa e universidade**: experiências nacionais comparadas. Brasília, DF: UnB, 2006.